



Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura escravista no contexto da segunda escravidão.

RODRIGO MARINS MARRETTO*

O presente trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento da escravidão na Vila de Cantagalo com o objetivo de estabelecer um padrão de posse de cativos durante o século XIX. Para alcançar tal objetivo contaremos com um conjunto de documentos que incluem censos regionais, relatórios dos presidentes de província, o censo de 1872 e dados coligidos de trabalhos realizados por pesquisadores locais que informam a respeito da mão de obra escrava utilizada na região. Para analisar esse corpo documental nos valeremos da categoria de Segunda Escravidão (TOMICCH, 2011).

Forjada por Dele Tomich, a segunda escravidão refere-se justamente a refundação da escravidão durante o século XIX, ligada ao mundo industrial e a criação dos Estados Nacionais. Tal período veria o impacto do tráfico negreiro em escala e intensidade nunca antes experimentadas nas américas. Utilizaremos os documentos supracitados para avaliar o impacto da segunda escravidão na vila de São Pedro de Cantagalo, localizada na área oriental da bacia do Rio Paraíba.

A vila de Cantagalo foi fundada em 1814, logo após o período de exploração do ouro clandestino pelo bando do Mão de Luva e outros pioneiros que se encontravam naquela área. Após a expulsão dos bandos da região, percebendo a falência da mineração, o governo joanino iniciou um ciclo de doação de sesmarias, é neste contexto que nasce a cafeicultura em Cantagalo. O processo de povoamento da vila de Cantagalo, portanto, ocorreu no contexto de declínio do ouro clandestino, substituído pela formação da agricultura cafeeira e aconteceu ao mesmo tempo em que o tráfico de escravos se intensificava via comércio atlântico.

A montagem das redes de transporte e abastecimento para atender a região de Cantagalo formaram-se, principalmente, após a chegada da família real portuguesa, cuja necessidade dessas redes estarem mais consolidadas e ativas era evidente. Para dar conta e tornar essas redes mais substantivas o governo joanino encaminhou para a região do Morro Queimado, futura vila de Nova Friburgo, os colonos suíços que chegaram ao Brasil em 1819- 1820, argumento que se

* Universidade Federal Fluminense – Doutorando em História Social/PPGH. Bolsista CAPES.



consolida quando constatamos a infertilidade da terra dada aos suíços, própria apenas para os produtos voltados a subsistência.

O trabalho que propomos visa apresentar o padrão de posse de escravos no contexto de formação da cafeicultura e das redes de transporte das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. O padrão de posse e as redes de transporte montadas entre Cantagalo e a Corte revelam o impacto da segunda escravidão nas áreas citadas.

A produção cafeeira na região de Cantagalo e Nova Friburgo passou por pelo menos três fases distintas: a formação, o auge e o período de grandeza e crise, acompanhando, guardadas as devidas peculiaridades, as vicissitudes do mercado cafeeiro internacional e as condições internas de produção. De fato, percebe-se que os dois primeiros períodos são concomitantes aos do resto do Vale, mas o momento de grandeza do café em Cantagalo parece ser mais duradouro do que em outras áreas. Percebemos, por exemplo, que mesmo ante o fim definitivo da escravidão em 1888 a produção cafeeira em Cantagalo permanece constante e adentra a primeira fase do Brasil republicano.

Os períodos da economia cafeeira nas vilas de Cantagalo e Nova Friburgo relacionam-se as idas e vindas da escravidão no quadro nacional. Tendo em vista esta perspectiva, identificamos três momentos essenciais, montagem (1809 – 1831), auge (1832 – 1850) e o momento de grandeza (1851 – 1880). Acreditamos que para abordar o período de crise da cafeicultura cantagalense precisaríamos estender o escopo temporal até o princípio do século XX e nos valer de outros conjuntos documentais somados ao aparato metodológico que dessem conta do fenômeno.

Assim temos que, entre os anos de 1809 e 1831, a cafeicultura nas terras de Cantagalo formou-se, podemos falar em sua montagem. A primeira data refere-se à constatação feita por um agente da Coroa de que o ouro na região de Cantagalo tinha se exaurido. O próximo movimento na região dialoga com a doação de sesmarias na região. A segunda data refere-se à primeira lei que deu fim formal ao tráfico de escravos africanos para o Brasil. Tal lei provavelmente preocupou os cafeicultores que acabavam de empregar seus capitais na montagem das grandes fazendas da região, mas que logo em seguida se regozijaram com a retomada em escala e intensidade nunca antes vistas, do tráfico de africanos para o Brasil.

A segunda fase da cafeicultura da vila de Cantagalo refere-se ao seu período de auge. Trata-se do momento áureo da produção cafeeira, é também o período de consolidação do tráfico ilegal e da expansão da escravidão no Brasil e, principalmente, no Centro-Sul. Tal impacto reverberou em Cantagalo e o aumento do número de cativos impactou a produtividade nas unidades agrícolas da região. Para este período temos dados do Presidente de Província que indicam que a população da vila de Cantagalo em 1840 era composta por 2.649 livres e 3.275 escravos, respectivamente 44,72% e 55,28% dos residentes da vila. Os números demonstram que exatamente no período tratado, ínterim de tráfico ilegal, a população constituía-se de mais de 50% de cativos.



O momento que vai de 1850 a 1880 comporta o que se pode definir como período de grandeza da cafeicultura cantagalense. O fim definitivo do tráfico de escravos desencadeou dois processos essenciais para a compreensão do período, o primeiro deles identificado por Hebe Mattos como criouliização e o segundo caso trata de um processo de concentração da propriedade escrava na mão dos grandes proprietários de escravos da vila de Cantagalo.

As bases documentais que sustentam este capítulo constituem-se de relatórios do presidente de província, periódicos, relatos de viajantes, dados cartoriais, inventários e trabalhos de memorialistas e historiadores que abordam a região em estudo. A análise desse conjunto de documentos, portanto, permite entender as estruturas onde foi gestada a fortuna do barão de Nova Friburgo. O principal eixo para análise proposta é o diálogo com a historiografia nacional, levando em conta a formação do Estado Nacional brasileiro e da classe senhorial, como eventos que influenciaram profundamente o estabelecimento da região.

Diante do exposto, levantamos algumas questões fulcrais que serão respondidas ao final do capítulo. Quais eram as estruturas populacionais (livres e escravos) formaram a região ao longo do período estudado? E como elas variaram no tempo? Qual a importância da escravidão para a constituição das vilas citadas? Por quais transformações estruturais as vilas passaram entre 1820 e 1880? Tais questões servirão de guias para o desenvolvimento da ideia de um ordenamento do espaço de relações de produção escravistas nos Sertões de Leste.

Quando nos referimos a esses primeiros povoadores vindos de Minas estamos dirigindo nossos olhares ao bando de Manoel Henriques – o mão de luva, português de nascimento e pioneiro na extração de ouro daquelas terras. O bando de Manoel penetrou a região pelo Porto Velho do Cunha (atual município do Carmo) e subiram um dos afluentes do Rio Paraíba e quando verificaram ouro em quantidade razoável fixaram-se na terra e passaram a explorar os garimpos de aluvião no entorno daqueles rios. O sucesso logo se espalhou pela capitania de minas gerais e em pouco tempo mais aventureiros se deslocaram para a região. Esse primeiro fluxo dispersivo de população pelos Sertões do Leste deu origem a um arraial de no mínimo 200 pessoas que se encontravam sob as ordens de mão de luva.

Sabe-se que esses primeiros contrabandistas nunca perderam contato com suas localidades de origem, primeiro pois precisavam das provisões alimentícias e de ferramentas, escravos e vestimentas, e depois porque precisavam escoar o produto das lavras. O ofício do ministro Martinho Castro ao Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos, datado de oito de fevereiro de 1785 informava:

“vem os mesmos extraviadores buscar escravatura e mantimentos no Distrito de Minas Gerais, que levam, como ultimamente praticaram, em trinta e cinco bestas de carga conduzidas por diferentes comboieiros como eles mesmo



depuseram (...) e que logo que chegaram a um certo lugar lhes saíra ao encontro o comandante, o principal cabeça Mão de Luva”(ERTHAL, 2008:46)

É certo que muitos indivíduos e até autoridades mantiveram contatos e intrínsecas relações com os conquistadores daquelas terras. Cumpriam papéis de mensageiros e facilitavam o transporte das remessas de ouro clandestino.

Desde 1779, no governo de D. Luiz de Vasconcellos e Souza, corriam boatos em Santo Antônio de Sá de que os Sertões estavam povoados e que esse povoamento se desenvolvia ligado a extração clandestina de ouro. Tais boatos levaram o governador da província a proteger as entradas da serra e, para isso, deslocou tropas auxiliares para aquelas paragens, além de comunicar o fato a Lisboa. A certeza da invasão só ocorre em 1784, quando o Vice-Rei recebe a carta do governador mineiro que comunicava as suas investidas à região comprovando o fato, havia um arraial extrator de ouro clandestino nos Sertões do Leste. Ao ser comunicada, a Metrópole não titubeou e mandou reprimir, ocupar o arraial e prender o chefe.

Para dar conta de capturar os líderes do arraial clandestino a polícia de Minas Gerais foi designada, enquanto a do Rio de Janeiro ficaria apenas de guarda para impedir a fuga dos salteadores. Não obstante, o governador de Minas procrastinava uma solução mais enérgica, e tentava conquistar o arraial aproximando-se dos bandoleiros e preparando-lhes uma cilada. Todavia, as pressões de Lisboa demoveram o governador Cunha Menezes e esse passou a agir mais energicamente. Após uma longa preparação para a emboscada e depois de manda soldados disfarçados de mascates as tropas avançaram e prenderam seus principais líderes em 1786. Vale lembrar que em 1785 o Vice-Rei foi autorizado pela metrópole a iniciar o povoamento daquelas terras tão logo os bandoleiros fossem vencidos.

Para povoar os sertões decidiu-se por distribuir as datas auríferas entre os candidatos segundo dois critérios: a posse de doze escravos e condições e recursos para desenvolver o empreendimento. As melhores áreas já estavam reservadas para a Rainha, o Vice-Rei, para o próprio superintendente, para o Guarda-mór. Restando, desta forma, 33 datas que seriam disputadas pelos candidatos através de leilão, a divulgação foi feita principalmente em Santo Antônio de Sá e no Rio de Janeiro, e um número de aspirantes a garimpeiros superior ao número de datas rumou para a região. De qualquer forma aquilo que esses aventureiros foram buscar já havia sido extraído pelos contrabandistas, as datas das minas do Cantagalo estavam exauridas, a opção restante era investir na agricultura, principalmente café e açúcar.

No intuito de povoar aquelas terras a coroa portuguesa abriu, através do Alvará de 25 de janeiro de 1809, o acesso à terra por meio da concessão de sesmarias. Mas o que garantia



esse Alvará? Primeiro que os indivíduos que já tivessem requerido sesmarias teriam privilégio na sua formalização e, posteriormente, os subsequentes requerentes obteriam o mesmo direito. Neste contexto, argumentamos que o povoamento da região ocorreu por dispersão e não por expansão da fronteira agrícola. A primeira rodada de povoadores eram os garimpeiros clandestinos que tinham origem na província de Minas Gerais e datou de finais do século XVIII, na sequência os mineradores legítimos com origem no Rio de Janeiro e em Santo Antônio de Sá aportaram-se no local na passagem do século XVIII para o XIX. No desenrolar do povoamento, ligado a doação de sesmarias, vemos um fluxo migratório vindo do Recôncavo da Guanabara para povoar e apossar-se das sesmarias nos dez primeiros anos do XIX. Por fim, o fluxo de colonos suíços e alemães que vão completar o povoamento da região na década de vinte do XIX.

Essas relações desenvolvidas ao entorno do ouro clandestino e da doação de sesmarias destinadas ao desenvolvimento agrícola abriram a possibilidade da elevação do arraial das minas de Cantagalo em Vila de São Pedro de Cantagalo em 1814 (ERTHAL, 2008:109). Tal vila foi criada pelo Alvará de 9 de março de 1814, o Príncipe Regente determinava através do documento

a necessidade de se criar uma Villa no Arraial e Distrito das Novas Minas do Cantagalo, para ocorrer ao vexame em que os seus habitantes se acham, de acudirem as ordens das Justiças da Vila de Santo Antônio de Sá, em distância de mais de 22 léguas, obrigados a passar a Serra por caminhos ásperos e cortados de rios caudalosos; desamparados entretanto as suas lavouras com notável prejuízo seu, do aumento da agricultura e das rendas do Estado; e querendo eu que os moradores daquele fértil território se empreguem sem desvio no exercício da lavoura, e tenham entre si o amparo da justiça para os policiar, manter em paz e decidir-lhe as suas dependências: hei por bem, conformando-me com o parecer da referida Mesa, erigir da referida Mesa, erigir em Villa o dito Arraial com o nome de Villa de S. Pedro de Cantagalo (ALVARÁ DE 9 DE MARÇO DE 1814).

Ao lermos o documento de 1814 percebemos o ganho de autonomia que a vila passa a ter ao se livrar do jugo jurídico da vila de Santo Antônio de Sá. Ao mesmo tempo percebemos a intenção do príncipe em garantir que os moradores da recente vila concentrem seus esforços no “exercício da lavoura”. Identificamos, a partir desses dois motivos para a criação da vila, uma simbiose entre o amparo a justiça e a garantia da paz, fatores que asseguravam, sem desvios, o trabalho agrícola.

A partir da fundação da vila de São Pedro de Cantagalo os negócios relativos a compra e venda de terras começaram se intensificar. Muitos daqueles que não conseguiram enriquecer com a extração de ouro passaram a negociar ou anunciar suas terras. Exemplos que aparecem



nas páginas dos periódicos da corte e também em documentos dos cartórios da região: “Vende-se uma sesmaria de terras no distrito de Cantagalo, lugar de Paquequer, com dois rios por dentro, medidas e demarcadas, quem a pretender procure na rua Direita ao pé da Alfandega nº 74” (JORNAL DO COMMERCIO, 1829). Temos também o caso de uma venda de “uma fazenda de meia légua de terras medidas e demarcadas (...) no termo da vila de São Pedro de Cantagalo” pertencente ao Coronel Francisco de Ornellas Velho Barreto de Menezes (ARQUIVO DO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOVA FRIBURGO, LIVRO II: 96 -96V).

O processo de povoamento dos sertões do Leste ocorreu no contexto de formação da agricultura cafeeira pelo Vale do Paraíba e, também, no momento de intensificação do tráfico de escravos via comércio atlântico. A montagem das redes de transporte e abastecimento formaram-se, principalmente, após a chegada da família real portuguesa, com ela necessidade dessas redes estarem mais consolidadas e ativas tornava-se evidente. Desta forma, argumentamos que os suíços foram trazidos para o morro queimado por esse motivo, argumento que se intensifica quando constatamos a infertilidade da terra para os produtos ditos “coloniais” e a viabilidade produtiva a subsistência.

Tal expediente criava, segundo Rui Erthal, dois distintos padrões de organização do sistema agrário na região de Cantagalo e Nova Friburgo. Erthal afirma que o primeiro padrão ocorreu após pequenos ciclos de mineração, seguidos de uma pequena fase de plantação de gêneros voltados a subsistência, elementos que precederam a implantação do sistema agrário cafeeiro em Cantagalo. O segundo padrão de organização estaria ligado a pequena propriedade familiar e a produção de gêneros de subsistência, elementos que dariam sustentação as redes internas de abastecimento da Corte, como vimos acima.

De fato, a colonização desses dois espaços está profundamente ligada aos momentos de introdução e desenvolvimento da cafeicultura na bacia do rio Paraíba. Pensando nesse sentido, temos Cantagalo como coração do sistema agrário cafeeiro voltado para a exportação e sua área adjacente, Nova Friburgo, como tributária da produção de café e também produtora de gêneros de subsistência que abastecia tanto a região de Cantagalo como a Corte.

De qualquer forma a economia cafeeira implantou-se na região por volta dos anos 20 do século XIX e concluiu esse primeiro ciclo dez anos depois, momento em que o Brasil se tornava o maior produtor mundial de café. A montagem desse sistema agrário estava vinculada à reposição de mão de obra via tráfico de escravos. Tal estrutura, portanto, estava ancorada na produção de café para o mercado internacional, em grandes propriedades movidas por um incremento significativo de braços escravos oriundos do tráfico transatlântico de escravos



(MARQUESE & TOMICH, 2009/ SALLES & MARQUESE, 2016). Diante das informações listadas até aqui torna-se fundamental evidenciar as estruturas de posse de cativos da vila de Cantagalo.

Para elaborarmos tal estrutura nos valem de um conjunto de Inventários *post-mortem* para a vila de Cantagalo. Metodologicamente, abordamos as décadas entre 1810 e 1880 na tentativa de compreender os padrões de posse de cativos no longo período em evidência. Dividimos o longo período de 10 em 10 anos para observarmos as nuances da escravização na principal vila da área oriental do Vale do Paraíba. Dividimos as classes de proprietários em micro proprietários, com posse de 1 a 4 cativos; pequenos proprietários de 5 a 19 ; médios proprietários entre 20 e 49; grandes proprietários de 50 a 99 escravos e mega proprietários com 100 ou mais escravos (SALLES, 2008:155).

No primeiro ano da série só contamos com seis inventários *post-mortem*, metade deles era de micro proprietários, 33% de pequenos proprietários e 17% de médios proprietários. A pequena quantidade de documentos analisados está diretamente relacionada a recente criação da vila. O número de escravos totalizava 49 indivíduos, sendo que nove estavam entre os micros proprietários, treze estavam nas mãos dos pequenos proprietários e 27 entre os médios proprietários. Neste contexto vale chamar a atenção para o fato de que o único médio proprietário relacionado possuía mais cativos do que os micro e pequenos proprietários juntos.

Posse de Escravos 1810-1820 - Cantagalo				
Categorias	Quantidade	%	Nº de Cativos	%
Microproprietários	3	50%	9	18,37%
Pequenos proprietários	2	33%	13	26,53%
Médios Proprietários	1	17%	27	55,10%
Total	6	100%	49	100%

Inventários Post-mortem – Arquivo do judiciário

A próxima década estudada foi o período que compreende os anos de 1830-1840. Neste período encontramos nos inventários todas as categorias utilizadas para a análise, mas da mesma forma que no período anterior o número de inventários ainda é bem reduzido. Entretanto, o número de escravos cresceu de 49 para 289, o que representa um crescimento de 592 % no número de cativos arrolados. O único micro proprietário possuía apenas um escravo, os pequenos proprietários possuíam 26, o médio proprietário tinha 20 cativos. Enquanto os grandes proprietários somavam 28 escravos e o mega proprietário sozinho possuía 114 cativos. O que se pode perceber através da análise dos dados é que os grandes proprietários e os mega



proprietários passaram a concentrar a maior parte dos cativos arrolados em inventários entre 1830 e 1840.

Posse de Escravos 1830-1840 - Cantagalo				
Categorias	Quantidade	%	Nº de Cativos	%
Microproprietários	1	14%	1	0,34%
Pequenos proprietários	2	29%	27	9,31%
Médios Proprietários	1	14%	20	6,90%
Grandes proprietários	2	29%	128	44,14%
Mega proprietários	1	14%	114	39,31%
Total	7	100%	290	100%

Inventários Post-mortem – Arquivo do judiciário

No período seguinte, 1850-1859, o número de inventários subiu para 43, gerando um aumento de 614% nessa estatística. Todavia, não foi apenas o número de inventários que aumentou, a quantidade de escravos também cresceu e cresceu significativamente: de 290 para 1011 cativos. Micro proprietários possuíam 24 escravizados, pequenos proprietários estavam responsáveis por 233 indivíduos e médios proprietários 304 cativos. O único grande proprietário possuía 85 escravos e os dois mega proprietários 365 indivíduos. De qualquer maneira, os números apresentados demonstram uma tendência a concentração de escravos nas mãos dos mega proprietários que eram donos de mais de 36% dos cativos da vila.

Posse de Escravos 1850-1859 - Cantagalo				
Categorias	Quantidade	%	Nº de Cativos	%
Microproprietários	9	21%	24	2,37%
Pequenos proprietários	22	51%	233	23,05%
Médios Proprietários	9	21%	304	30,07%
Grandes proprietários	1	2%	85	8,41%
Mega proprietários	2	5%	365	36,10%
Total	43	100%	1011	100%

Inventários Post-mortem – Arquivo do judiciário

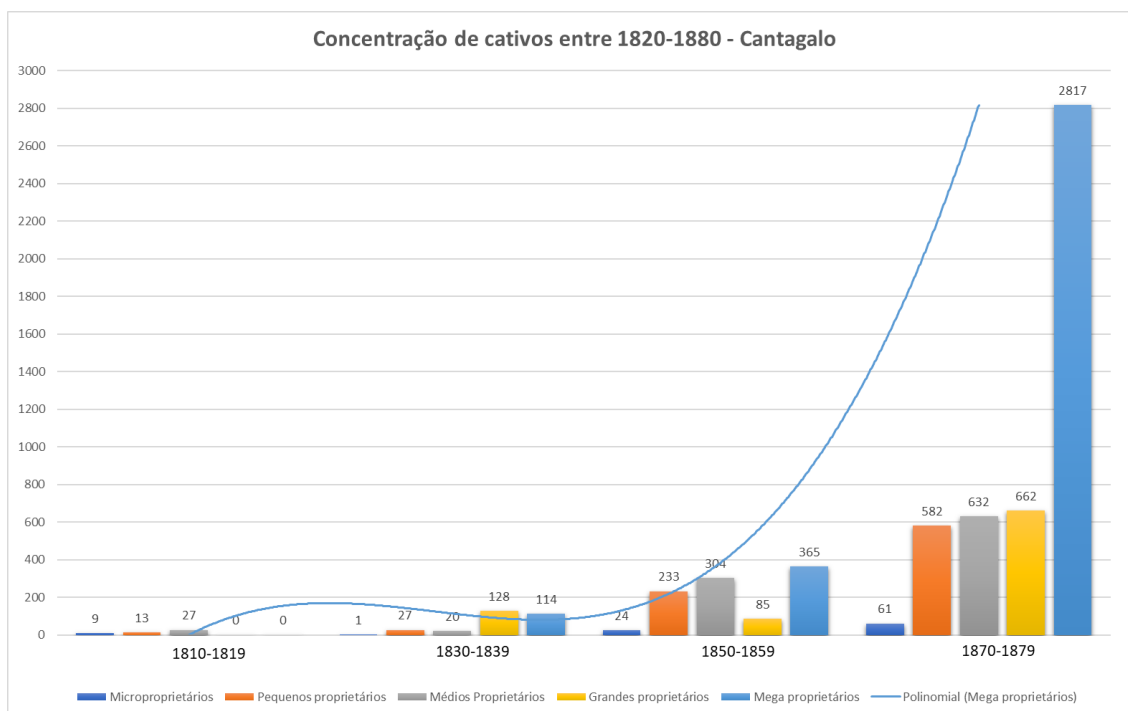
No último decênio abordado - 1870-1879 – a concentração de cativos nas mãos de poucos proprietários estava concretizada. Neste período micro, pequenos e médios proprietários compunham 87,18% dos proprietários enquanto grandes e mega proprietários representavam apenas 12,82%. No entanto, os micro, pequenos e médios proprietários representavam 26,82% dos cativos arrolados nos inventários, enquanto os grandes e mega proprietários estavam



responsáveis por 73,18% dos cativos. Tal centralização também é evidente quando voltamos o olhar para os mega proprietários em separado, pois esses eram donos de 59,26% dos cativos arrolados em inventários na vila de Cantagalo.

Posse de Escravos 1870-1879 - Cantagalo				
Categorias	Quantidade	%	Nº de Cativos	%
Microproprietários	26	22%	61	1,28%
Pequenos proprietários	59	50%	582	11,11%
Médios Proprietários	17	15%	632	13,29%
Grandes proprietários	9	8%	662	13,93%
Mega proprietários	6	5%	2817	59,26%
Total	117	100%	4754	100%

Inventários Post-mortem – Arquivo do judiciário



De acordo com o que apresentamos até aqui torna-se nítido que nos intervalos de anos estudados ocorreu uma tendência a concentração da propriedade escrava. Argumentamos que essa tendência tem dois motivos mais evidentes, o primeiro a expansão da cafeicultura na região de Cantagalo e o segundo o impacto do fluxo de escravos via tráfico até 1850 característica central da perspectiva da segunda escravidão. Esta tendência a concentração da propriedade escrava fica melhor evidenciada quando observamos o gráfico acima.

O gráfico que apresentamos na página anterior mostra o crescimento da estrutura escravista na vila de Cantagalo através dos inventários *post-mortem*. Por intermédio dos



documentos citados foi possível analisar o crescimento e a concentração da posse de escravos nas mãos dos poucos megaproprietários. Por fim, é preciso lembrar que os dados apresentados nos inventários não são exatos, mas por intermédio de sua reunião em grandes séries torna-se possível vislumbrar as tendências gerais da concentração da propriedade escrava na vila de Cantagalo.

BIBLIOGRAFIA:

ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, Nitpress, 2008.

MARQUESE, R.; SALLES, Ricardo (Org.) . *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TOMICCH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, Capital e Economia Mundial. (1ª ed. de 1967; trad. port). São Paulo: Edusp, 2011

DOCUMENTOS:

Alvará de 25 de janeiro de 1809. Mesa do desembargo do paço - critérios - concessão - sesmaria. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, Página 21 Vol. 1 (Publicação Original).

Alvará de 9 de março de 1814. Elevação de categoria - vila - povoado - Arraial das Novas Minas Do Cantagalo - denominação - Vila de São Pedro de Cantagalo. Organização Territorial. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1814, Página 6 Vol. 1 (Publicação Original)

Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro II: 96 -96V.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, sábado 31 de janeiro de 1829. Vol. VI, Nº 393. p. 2.